

Sábado, 04 de Abril de 2026

Demissão de servidores da Saúde afeta pacientes em Cuiabá

E AGORA, PREFEITO?

Redação RBMT

Mais de 700 servidores da Saúde foram demitidos pela Prefeitura de Cuiabá nesta quarta-feira (20). A exoneração em massa atende a uma decisão judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e já afeta diversas unidades médicas da Capital.

Nesta quinta-feira (21), pacientes que procuraram policlínicas e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) foram informados que o atendimento foi suspenso. Vídeos compartilhados pelo vereador Dilemário Alencar (Podemos) registraram a recepção da UPA do Páscoa Ramos praticamente esvaziada.

“Estamos aqui na UPA do Pascoal Ramos e não está tendo atendimento porque não tem médicos. Está chegando esse senhor aqui e certamente não vai ser atendido. Olha aqui, tudo praticamente parado”, disse o parlamentar.

De acordo com a Secretaria de Saúde, 721 funcionários foram demitidos. Entre eles: 70 servidores da sede da Secretaria Municipal de Saúde, 234 servidores das Unidades Básicas de Saúde, 271 servidores das UPAs, Policlínicas e demais unidades da Atenção Secundária, 146 servidores do antigo Pronto Socorro e Central de Regulação.

Segundo a pasta, a exoneração ocorre diante do indeferimento do pedido de prorrogação dos contratos temporários que não foram substituídos pelo processo seletivo simplificado realizado em janeiro deste ano.

Toda a situação culminou após o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) ter sido afastado do comando do Palácio Alencastro em outubro do ano passado durante a Operação Capistrum, que investigou o gestor por supostamente usar contratações temporárias como moeda de troca política junto à Câmara de Vereadores. No mês de março, o Ministério Público Estadual (MPE) solicitou o cumprimento das medidas cautelares impostas como contrapartida à decisão que autorizou o retorno do chefe do Executivo Municipal às suas funções no Palácio Alencastro.

Essas medidas envolviam a demissão dos contratos irregulares de servidores investigados durante a operação. Na época, a Justiça acatou o pedido do MP e determinou a demissão em massa dos profissionais, mas autorizou que parte dos trabalhadores permanecesse no cargo até a convocação de profissionais aprovados em processo seletivo da Saúde.

O Outro Lado

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Saúde informou que acatou a recomendação do Ministério Público e fará a contratação urgente dos aprovados no segundo processo seletivo simplificado, cujo resultado foi divulgado na terça-feira (19) no site da banca examinadora, observando a ordem dos classificados com maior pontuação.

A pasta informou também que a equipe técnica da SMS já está reunida realizando o levantamento dos critérios para que a assistência não fique prejudicada. A secretária municipal de Saúde, Suelen Allend reforça que a SMS realizará a manifestação dentro do processo, conforme determina a Justiça.

Ainda seguindo as recomendações do MP, serão contratados de imediato profissionais médicos por um período de 90 dias, até a finalização de todo o trâmite do processo seletivo.

Válido lembrar que o contrato com a banca que realizará o concurso público da Secretaria Municipal de Saúde já está assinado.

“Importante ressaltar que, diante deste número de servidores exonerados, os atendimentos em toda a rede municipal de saúde serão seriamente afetados. Toda a equipe da Secretaria Municipal de Saúde lamenta de antemão os prejuízos que esta situação acarretará à população”, citou o comunicado.